

Os desafios do ecoturismo em Angola: tendências do desenvolvimento sustentável

Ecotourism challenges in Angola: sustainable development trends

JOSÉ EDUARDO EZEQUIAS * [Ezaquias_85@hotmail.com]

Resumo | Este artigo lista um conjunto de elementos prioritários para operacionalizar a indústria do ecoturismo no país. O objetivo deste artigo é fazer uma apresentação dos desafios do ecoturismo em Angola face à nova tendência do desenvolvimento sustentável, tomando em consideração as condições endógenas e exógenas. Para o cumprimento do objetivo, o artigo adota a metodologia descritiva-qualitativa, tomando aportes teóricos e empíricos para desenvolver uma investigação de análise, sistemática e estrutural. Para a apresentação dos dados e desempenho do turismo em Angola, serão revisadas bibliografias locais, documentos e a observação. O diagnóstico permitiu identificar potencialidades naturais, minerais e culturais favoráveis ao setor, mas também desafios como a falta de infraestruturas económicas e sociais, formação, altos preços e créditos, cuja superação pode contribuir para o fomento do ecoturismo no país.

Palavra-chave | Ecoturismo, Sustentabilidade, Desenvolvimento, Angola

Abstract | This article lists a set of priority elements to operationalize the ecotourism industry in the country. The aim of this article is to present the challenges of ecotourism in Angola in the face of the new trend of sustainable development, taking into account endogenous and exogenous conditions. To fulfill the objective, the article adopts the descriptive-qualitative methodology, taking theoretical and empirical contributions to develop an investigation of analysis, systematic and structural. For data presentation and tourism performance in Angola, local bibliographies, documents and observation will be reviewed. The diagnosis allowed the identification of natural, mineral and cultural potential favorable to the sector, but also challenges such as the lack of economic and social infrastructure, training, high prices and credits, the overcoming of which will foster ecotourism in the country.

Keywords | Ecotourism, Sustainability, Development, Angola

* **Graduado em Ciências Sociais** e com estudos **pós-graduados em ciências económicas** na Universidade Nacional de Matanzas, Buenos Aires – Argentina. **Docente e investigador** do Departamento do Turismo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade Cuito Cuanavale, Angola

1. Introdução

Angola, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2020), apresentou em 2017 uma taxa de desemprego acima dos 25%, uma taxa de crescimento anual de 1% negativa e um nível geral de preços de 17%. Essa estatística pode mudar a partir de uma estrutura de capital (Dinheiro, produto e mercadoria) que gera impacto social, económico e ambiental para o território. Diante do alto desemprego; débil produção de bens e serviços; fraco desenvolvimento económico e social das suas populações rurais, a indústria do turismo pode assumir um papel preponderante. Foi neste prisma que o turismo foi considerado pelo Governo Angolano o quarto eixo estratégico para o desenvolvimento nacional (Governo de Angola, 2018).

O dinamismo do turismo no mundo vem sendo evidenciado pela sua força, demanda e capacidade de gerar desenvolvimento. Os dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, (WTTC, 2019) revelam que o turismo gerou uma participação de 8,8 trilhões de dólares americanos, contribuindo 10,4% no Produto Interno Bruto mundial. O turismo, antes da pandemia do COVID-19 – doença que assola o mundo em todo ano 2020, chegou a criar cerca de 320 milhões de empregos em 2019 (um a cada dez emprego no mundo). Em 2016, a Organização Mundial do Turismo informou, no seu anuário, que o sector registou o movimento oficial de um bilhão de turistas e as previsões apontavam para um movimento frenético e regular de 1,4 bilhões de turistas em 2020 (OMT, 2016). Este comportamento do mercado foi muito influenciado em parte pelo dinamismo do turismo de massa e novos destinos, aliado a uma grande indústria de transportes e acessibilidade e preços acessíveis; maior acesso a novas tecnologias de informação e comunicação; melhorias nos sistemas de alimentação, bebidas e alojamentos; adoção de uma política de preços acessíveis e promoção em unidades hoteleiras e aplicação de estratégias estruturais e vinculativas.

Embora se reconheça a dinâmica da indústria do turismo, a modalidade do ecoturismo, impulsionada pela demanda dos turistas por lazer vinculado a ecologia e a conservação do património natural e cultural, vem ganhando notoriedade. A Organização Mundial do Turismo, OMT (2019) informa que o ecoturismo, no mundo, representa 7% das despesas de viagens internacionais e um crescimento de 10% a 30%. Estes dados são produto do aproveitamento do potencial turístico e das valências territoriais endógenas e exógenas. Este potencial, segundo a Organização das Nações Unidas (2017a) é reconhecido por ser o responsável para formulação de políticas a nível nacional e internacional, como o motor para o crescimento inclusivo e de desenvolvimento sustentável, capaz de gerar empregos, atrair investimento e fomentar o espírito empresarial, contribuindo, ao mesmo tempo, para a preservação do ecossistema e do património cultural, bem como o empoderamento das comunidades locais.

Para reforçar as políticas estruturais neste segmento, o ano de 2017 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2017b) Ano Internacional do Turismo para o Desenvolvimento Sustentável (DS), para atingir as metas vinculadas a cinco áreas chaves da agenda 2030: Crescimento económico inclusivo e sustentável; inclusão social, emprego e redução da pobreza; uso eficiente dos recursos, protecção ambiental e mudança climática; valores culturais, diversidade e património e compreensão mutua, paz e segurança.

Neste contexto, a agenda 2063 da União Africana e o Plano de Acção em matérias do Turismo da Nova Aliança para o Desenvolvimento de África, segundo as Nações Unidas (ONU, 2017b), reconhecem a importância do ecoturismo para estimular o desenvolvimento socioeconómico e a transformação estrutural do continente, mediante a adopção de políticas territoriais precisas e eficientes, a favor do desenvolvimento social e económico, mantendo visível a capacidade de carga e a preservação ambiental, assim como o respeito à

cultura e o *modus vivendi* dos habitantes locais.

O objetivo deste artigo é fazer uma apresentação dos desafios do ecoturismo em Angola face a nova tendência do desenvolvimento sustentável, acreditando que existem no país condições endógenas e exógenas para que a indústria do turismo possa contribuir, primeiro, para o desenvolvimento das comunidades locais, segundo, para promoção do país como destino turístico e, terceiro, a conceção de uma filosofia de resiliência e sustentabilidade.

Para o cumprimento do objetivo, o artigo adota a metodologia descritiva-qualitativa, tomando aportes teóricos e empíricos para desenvolver uma investigação de análise, sistemática e estrutural. Para apresentação dos dados e desempenho do turismo em Angola, serão revisados bibliografias, documentos e a observação. Este artigo contempla fundamentos teóricos, caracterização da planta do turismo e proposta como desafios para desenvolver o ecoturismo no país. A partir do diagnóstico, apresentar-se-á um estudo actual e tendencial do comportamento do turismo no país.

2. Desenvolvimento

Baptista (2019) define desenvolvimento económico como a “*elevação do padrão de vida da população geral*” (p. 12). A partir desta definição, o autor assume a dialética entre o desenvolvimento e a economia. A preocupação pela elevação do padrão de vida está por de trás de vários acontecimentos históricos e estudos clássicos e contemporâneos sobre o desenvolvimento com reflexos económicos. Durante o século XVIII, as teses sobre o desenvolvimento económico estavam centradas nas terras aráveis e na agricultura. O principal precursor desta tese foi o médico francês François Quesnay que afirmava “*a terra fértil era o único fator de produção*” (Quesnay, 1972, p. 12). Quesnay, o pai da escola fisiocrata, argumentava que a

produção com base na agricultura depende de um mercado livre (Quesnay, 1972).

As limitações do pensamento dos fisiocratas era o uso de grandes extensões de terras, a perda de fertilidade dos solos e a necessidade de expansão urbana da época. No entanto, a principal crítica era o uso recorrente e massivo da força do homem. Esta situação e a falta de mecanização nos processos económicos, impulsionaram a revolução industrial, com a introdução de meios mecanizados. No auge da industrialização da economia, surge a obra de Adam Smith, a *Riqueza das Nações*, em 1776, onde “a questão central estava em investigar as causas do crescimento das nações” (Ricardo, 1996, p. 9). Smith propunha estímulos a acumulação de capital, defendia a livre circulação dos mercados “*mão invisível*”, argumentando que a oferta cria a sua própria demanda e sugeria a mínima intervenção do governo na economia (Mankiw, 2003).

Quer Quesnay, quer Smith precursores da economia clássica e da produção, através da terra e do capital, não abordavam o resultado do desenvolvimento numa perspetiva inclusiva. Logo as suas teorias não visavam a elevação do padrão de vida da população geral, somente a ascensão do bem-estar da elite ou da burguesia. Carl Max e Frederico Engels criticavam duramente o modelo proposto por Quesnay e Smith. Os marxistas introduzem a valorização da força de trabalho e concordam o valor de uso dos bens e serviço produzidos para o desenvolvimento da sociedade (Marx, 2008).

O resultado do pensamento económico clássico são os fatores de produção: a terra, o capital e o trabalho. Durante o século XX, a outra censura do pensamento económico, para além de como operam os meios de produção, foi o livre funcionamento dos mercados e a autorregulação dos ciclos económicos. A obra do inglês John Maynard Keynes, publicada em 1933, foi considerada o ponto de inflexão nas questões do desenvolvimento das nações e no pensamento económico, integrou as filosofias clássicas e marxistas numa única fórmula.

“Keynes defendia que o Estado podia contribuir significativamente nas oscilações dos ciclos económicos” (Samuelson & Nordhaus, 2011, p.5).

Porém, as discussões teóricas, práticas e políticas sobre o desenvolvimento e seu impacto nas vidas das populações continuam acesas nos dias de hoje. Alguns países continuam a enfrentar condicionamentos que inviabilizam o avanço dos territórios e os resultados da elevação do padrão de vida das suas populações. África, com toda sua potencialidade natural, mineral e cultural, é prova disso mesmo. Com uma economia emergente, deve aproveitar a sua força interna para superar alguns condicionamentos, nomeadamente:

- Aumento de população sem prever o crescimento da renda e da alimentação, como advertiu Malthus referenciado por Samuelson e Nordhaus (2001, p. 535). Esta tese de Malthus todavia não se aplica ao continente africano, como tal, por ostentar a menor densidade populacional do mundo de 30 habitantes por quilómetro quadrados, população maioritariamente jovem e terras aráveis.
- A exploração irregular dos recursos naturais para produção de bens e serviços, em troca de míseros valores financeiros e destruição do ecossistema, que estão resultando em mudanças climáticas pode dificultar a continuidade da humanidade num ambiente sadio. *“O modo de produção capitalista se estende aos resultados de produção e consumo. (...) Há um enorme desperdício na economia capitalista”* (Marx, 2008, p. 16).
- Recursos naturais são motivos de tensões e contradições de grupos étnicos e tribais especialmente em África. A partir daí, formam-se grupos rebeldes e piratas que, a todo custo, atacam áreas de grandes depósitos de minerais que às vezes matam as pessoas indefesas nestas regiões, causando ins-

tabilidade política, militar, económica, social e ambiental. Mas o principal problema é que a riqueza que deriva da exploração oficial desses recursos algumas vezes não beneficia as populações e pode ser devido à ausência de vontade política;

- No contexto africano, a deterioração da situação social em áreas remotas onde existem recursos naturais, leva os habitantes locais a procurar alternativas de subsistência: caça furtiva; a venda e abate de espécies, algumas em extinção; as queimadas e a desflorestação.

Além disso, Alemán e Heredia (2013) sintetizam outras condições muito comuns em África, como o alto nível de endividamento e sérios problemas de financiamento ao nível do governo; Deformação infraestrutural profunda; Desenvolvimento insuficiente em muitos territórios; Eles apresentam sérios problemas de treinamento, formação e qualificação para a força de trabalho e o tecido social e dificuldades de retirar a população da extrema pobreza.

Todavia persistem os desafios rumo a um desenvolvimento inclusivo. Foi nesta esteira que em 1992, esteve reunida no Rio de Janeiro, Brasil, a Organização das Nações Unidas, ONU, com a participação de 170, para aprovar recomendações sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. As nações presentes assumiram o desafio de incorporar nas suas políticas os princípios de desenvolvimento sustentável (economia, sociocultural e ambiental).

Neste âmbito, uma das modalidades turísticas elencadas para dar resposta aos desafios do desenvolvimento sustentável em zonas rurais foi o ecoturismo. Em 2002, a Organização Mundial de Turismo, OMT (2004), organismo afeto a ONU, por meio de dois mecanismos internos, exortou os governos e a comunidade internacional sobre o potencial dinâmico da indústria de ecoturismo de ge-

rar impactos - positivos e negativos - não só no meio ambiente e na biodiversidade, mas também em suas estruturas sociais e de conservação de cultura das comunidades onde ocorre esse tipo de turismo.

O conceito ecoturismo encontra consenso nos aportes do mexicano Héctor Ceballos-Lascurain de 1960 citado pelo Governo do Estado de São Paulo (2014, p. 11).

O Ecoturismo é um tipo de turismo, que promove um maior contato do homem com a natureza e com os seus habitantes, para sensibilizá-lo e conscientizá-lo quanto à importância da preservação e da conservação do meio ambiente e das tradições culturais, por meio de práticas e atitudes sustentáveis.

Pode-se resumir que o ecoturismo tem sido considerado como uma modalidade que poderá criar um novo turismo associado à conservação da natureza, que gera impactos positivos as comunidades. O termo ecoturismo recebeu pela primeira vez divulgação popular em 1960 por Héctor Ceballos-Lascurain, segundo Ceballos-Lascurain (1998). Mas o conceito tornou-se mundialmente conhecido a partir da Cimeira de Ecoturismo Mundial promovida pela Organização do Turismo da Organização das Nações Unidas, em 2002, na Cidade de Quebec, Canada. A Conferência de Québec, em 2002, a partir do aporte da Sociedade Internacional de Ecoturismo (IES), definiu o ecoturismo como *"viagem responsável em áreas naturais que preservam o meio ambiente e melhoram o bem-estar da população local"* (OMT, 2004, p. 8).

Para o contexto africano, o termo ecoturismo remonta há cerca de sessenta anos, mesmo que não seja está a denominação. Em 1960, David Westem começou um trabalho de aproximação ao problema de conservação dos recursos naturais da zona de Kilimanjaro, afirmando que já era tempo

de maior protagonismo local. Em suas palavras, *"os habitantes locais devem ser os principais beneficiários e fiscais dos recursos naturais"* (Cejas, 2007, p. 9).

Até 2001, quando todos os 54 países africanos já se encontravam independentes, os dados relativos ao desempenho do ecoturismo, em particular, e do turismo, em geral, evidenciavam um importante dinamismo do sector. África do Sul, Tanzânia, Namíbia, Quênia e Botswana apresentavam receitas globais do turismo acima dos mil milhões de dólares americanos (Altunaga et al., 2008). Devido a proximidade geográfica com Angola, o artigo destaca o aproveitamento do turismo na Namíbia e Botswana.

- Namíbia: as suas perspectivas de desenvolvimento estão contidas na Visão 2030 sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Millennium que trata amplamente de todos os aspetos do ambiente, incluindo à água, o uso da terra e da biodiversidade. O ecoturismo é um fator significativo da economia, com ganhos de 2%, ou seja, cerca de 139 milhões de dólares anos, no seu Produto Interno Bruto, em 2007; gerador de 2,72% de emprego e uma taxa de crescimento de 6%, segundo a Comissão de Aproveitamento da Bacia do Okavango, sigla em Inglês OKACOM (2017). Parte deste turismo é resultado das ações de desenvolvimento feitas na região do Cubango – Okavango. O seu turismo está baseado em safaris e na sua ampla diversidade étnica.
- Botswana: o turismo constituiu a segunda maior verba em termos de receitas para o país, com cerca de 5% para o PIB em 2000. Devido a sensibilidade do turismo, existiram distúrbios no delta do Okavango que reduziram a demanda dos turistas e a taxa de crescimento em 2,1% do PIB em 2007. Em 2018, o ecoturismo já representava 18% do PIB deste país. Mendelshon e Obeid (2004)

revelam que o ecoturismo, através do Delta do Okavango, ajudou a dar a conhecer o Botswana ao mundo, granjeando-lhe reputação de Eco destino em África.

Cejas (2007) informa que a partir da década de 1990 o sector do turismo se converteu em um importante componente do PIB. Tal é o caso das Ilhas Seychelles (21%); Ilhas Maurícias (13%); Tanzânia (8,7%); África do Sul (6%) Quênia (5,1%) e o mesmo se registou em anos posteriores com a Gâmbia e Zimbabuê. Embora tenha uma participação no PIB de 6%, a África do Sul é o país da África subsariana que mais receitas arrecada: 40 mil milhões de Dólares americanos em 2011.

3. Caraterização do campo de estudo

Angola é um país localizado na África Austral, com uma superfície territorial de 1.246.700 Km², sua capital é Luanda e conta com 18 províncias, possui terras húmidas em toda a sua extensão territorial de 199.049 Km² que vão resultar na conhecida Bacia Hidrográfica do Okavango. Através desta bacia, os rios e precipitação regulares do Cuando Cubango são o principal afluente do Delta do Okavango no Botswana.

Em termos da sua estrutura económica, Angola sempre viveu das receitas da exploração dos seus recursos minerais: petróleo e diamante. É parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), conforme tabela a seguir. Para além destes, possui também outros recursos potenciais como a bauxite, mineiro de ferro, urânio, cobre e recursos piscatórios (Fernando, 2015).

A crise financeira e económica dos anos 2012 a 2020 em Angola, resultado da redução em mais de 50% do preço do petróleo no mercado internacional e uma recessão financeira-económica estrutural, com consequências gravosas nos indicadores macroeconómicos, como o emprego, a inflação, a produção e redução das despesas públicas, vieram demonstrar a necessidade de alternativas ao nosso sistema económico. As receitas do sector petrolífero representaram nos últimos orçamentos públicos, quase 80-90% do total das necessidades financeiras. É imprescindível a médio e longo prazo um novo paradigma com base noutros sectores estratégicos, como a agropecuária, a indústria, o comércio e o turismo. Este pensamento está em linha com a nova visão política do governo de Angola, que coloca o turismo como o eixo estratégico para a diversificação económica, bem como, para promover a estabilização da economia nacional, por representar uma das áreas mais geradoras de receitas e de emprego no contexto global.

Tabela 1 | Produção de crude no mundo

Lugar	País	Produção de Barris por dia
1º	EUA	15.700.000
2º	Arabia Saudita	12.200.000
3º	Rússia	11.200.000
	(...)	
17º-	Angola	1.700.000

Fonte: Organização dos Países Exportadores de Petróleo, OPEP (2019)

Angola é tipicamente turístico, repleto de recursos naturais (faunísticos, florísticos e minerais) e antrópicos (histórias, estórias, contos, tradições, hábitos e costumes) que potenciam a região para o desenvolvimento do ecoturismo, agroturismo, agroecoturismo, turismo de aventura, etnoturismo e turismo comunitário. A existência de numerosos recursos turísticos naturais, culturais e históricos inexplorados e não especificados permite projetar um novo paradigma para o país baseado num processo de desenvolvimento sustentável do ecoturismo, para minimizar a atual crise financeira e económica que persiste nas zonas recônditas do país.

Angola é o país mais próximo da colónia britânica de Santa Helena. Conta com uma população estimada em 29 milhões de habitantes. Possui distintos subgrupos étnicos, porém a sua língua oficial é o português e as línguas locais mais faladas são o Umbundo, o Kimbundu e o Quícongo.

O Clima em Angola tem duas estações: a das chuvas, período mais quente que ocorre entre os meses de Setembro a Maio, e a do Cacimbo. A do Cacimbo ou Seca é menos quente e vai de Maio a Setembro. O país possui uma situação geográfica peculiar, por estar na zona intertropical e subtropical do hemisfério Sul, ser próximo ao mar, e pelas especificidades do seu relevo, divide-se em duas regiões climáticas distintas: A Região Litoral - com humidade relativa média anual de 30% e temperatura média superior aos 23°C e a Região do Interior, subdividida em Zona Norte, com elevadas quedas pluviométricas e temperaturas altas, zona de Altitude que abrange as regiões planálticas centrais com uma estação Seca de temperaturas baixas e a Zona Sudoeste, semiárida em consequência da proximidade do deserto do Namibe, extensão do deserto do Kalahari, sujeita a grandes massas de ar tropical continental. As Temperaturas Médias do país são: 27°C máxima e 17°C mínima. A esta diversidade climática corresponde um potencial turístico representado por um património natural riquíssimo em flora e fauna diversificada,

possibilitando a prática de todo o tipo de atividades de lazer, hobbies e aventuras.

No âmbito económico, os estudos revelam que em 1908 a borracha representava 65% das exportações do país, mas foi a produção de café que marcou a economia nacional no período colonial, essencialmente na segunda metade do século XX. Entre 1946 e 1972, chegou a ser o principal produto de exportação. A venda do petróleo superou o Café, particularmente depois do alcance da independência em 1975. Hoje, Angola é um país fortemente dependente do petróleo. Os indicadores socioeconómicos revelam que o país apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano 0,45 (baixo). É um país imensamente rico em recursos naturais, tais como petróleo, diamantes, ferro, carvão, ouro e terras agrícolas férteis, mas sente-se a falta de um competente processo de industrialização e tecnologia (Rocha, 2011).

Nos últimos anos, depois do fim do conflito armado e em consequência do aumento do preço do petróleo por barril, o país teve um período de ouro da sua economia. A economia entre 2010 e 2015 registou uma Taxa Média de Crescimento a variar entre os 2% aos 14% positiva (INE, 2019). Estima-se que nesta altura a inflação suportada por produtos do exterior chegou aos 7% e a taxa de desemprego não oficial aos 24%. Vários estudos sobre o turismo em Angola associam o país a dois tipos: turismo de massa e o turismo alternativo. Para a Organização Internacional de Turismo Social - OITS (BITS, 1996), *apud* Velloso e Soares (2017), o turismo alternativo relaciona-se ao “turismo social que propõem o alcance à população e não ao lucro, visando o desenvolvimento integral do ser humano, atividade democrática fundamental para o lazer e formação do cidadão” (p. 241).

As modalidades turísticas estão associadas primeiro aos seus 1600 Km de costa no Oceano Atlântico e depois devido os seus imensos recursos naturais. Com um repositório de praias e baías excelentes para a prática da pesca desportiva e para a instalação de estâncias balneares. Segundo, dada

a sua dimensão, Angola contém uma variedade de paisagens que vão desde as exuberantes florestas tropicais no Norte, às savanas no centro, às estepe secas no sul e sudeste e sendo ainda banhado pelo deserto da Namíbia (Sarmiento, 2006).

Citando Fernando (2015, p. 24) “especificamente em relação ao sector do turismo, na história de Angola nunca houve uma tradição turística, dado que possui recursos naturais”. E mesmo como colónia, Angola era encarada mais para outros recursos mais imediatos, relegando o turismo a um Centro de Investigação Turística de Angola (CITA), que apenas funcionou durante um ano, desaparecendo em 1975, quando Angola teve a sua independência de Portugal.

Para começar a operacionalizar o sector, o Governo de Angola, por via do Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação (2018) fez um diagnóstico de todos os parques nacionais e áreas de conservação que concorrem para a prática do ecoturismo, de forma a avaliar as suas carências específicas e poder garantir a proteção, sob os seguintes desígnios:

- Conservação das espécies da fauna e da flora e os seus habitats;
- Manutenção dos equilíbrios ecológicos;
- Proteção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação;
- Povoamento e repovoamento; e,
- Estudos e pesquisas científicas.

Neste segmento, 13% da superfície do território nacional foi considerado zona ecológica e de conservação. E foram identificados os seguintes locais para desenvolver ações sustentáveis de ecoturismo: Parque Nacional do Mavinga; Parque Nacional da Cameia; Parque Nacional da Cangan-dala; Parque Nacional da Mupa; Parque Nacional da Quissama; Parque Nacional de Iona; Parque Nacional do Bicular; Parque Nacional do Luengue-Luiana; Parque Regional da Chimalavera; Reserva

Búfalo; Reserva do Luando e Reserva Natural do Ilhéu dos Pássaros. Estas zonas na sua maioria mantiveram-se virgens durante os anos de conflito armado e não foram alvo de assentamento populacional, fatores que impulsionam a preservação da sua biodiversidade.

Já o Plano Nacional do Turismo de Angola 2011-2020, um documento estratégico para o fomento do turismo, reconhece quatro polos de desenvolvimento do turismo e dois deles estão associados ao fomento do ecoturismo:

- Futungo de Belas (Luanda) cuja principal atracção é a ilha do Mussulo e baía do Futungo
- Cabo Ledo (Luanda), centrado na atracção da área de spa que se estende por cerca de 20 km,
- Kalandula (Malanje), gerando propostas em torno das Cataratas de Kalandula que configura um desenvolvimento sustentável;
- Okavango (Cuando Cubango) enquadrado nas áreas partilhadas com o projeto transfronteiriço Kavango-Zambeze.

A par dos polos, Angola inscreveu a história da capital do Reino do Congo – M'Banza Kongo, como património imaterial da humanidade reconhecido pela UNESCO no dia 7 de Julho de 2017. No mesmo caminho, trabalha-se no estudo científico e técnico sobre a heroica Batalha do Cuito Cuanavale, que confirmou, em termos militar e político, a soberania de Angola, enquanto nação independente, trouxe independência à República da Namíbia e pôs fim ao Apartheid na África do Sul.

O marco regulatório do país define o ecoturismo como o segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o património natural e cultural, incentiva a sua conservação, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (lei n. 9.15). O conceito está em linha com apresentação da Sociedade Internacional de Ecoturismo

(IES), que definiu o ecoturismo como viagem responsável em áreas naturais que preservam o meio ambiente e melhoram o bem-estar da população local. Porém, a observação e estudo documental, permite inferir que o fim integrador do turismo no país continua inviabilizado por vários fatores, condicionando também os resultados sociais e económicos.

Os dados do sector do Ministério do Turismo, MINTUR, (2018) revelam que esta reduzir o nú-

mero de turistas que visita o país. Só em 2017 entraram em Angola 260.961 turistas, representando uma redução na ordem dos 34%. No mesmo ano, foram registados cerca de 25 Milhões de dólares americanos em termos de receitas. A redução do número de turistas no país deve-se à crise económica e financeira iniciada em 2012. Entretanto, o peso do turismo no PIB subiu de 0,6%, em 2014 para 3,5% em 2017 (Fernando, 2015).

Tabela 2 | Emissores de turistas para Angola

Anos	Turistas	Europa	América	Ásia	África	Austrália
2017	260.961	134.456	33.802	51.197	40.769	730
2016	397.485	213.051	61.731	68.756	52.686	1.261
2015	592.000	199.127	105.106	111.262	176.022	978
2014	594.998	325.970	83.605	77.204	107.269	950
2013	650.033	231.266	74.216	119.657	222.230	2.064

Fonte: Adaptado do MINTUR (2015) e MINTUR (2018)

Deste número só 13% vêm ao país para férias, ao passo que 87% é trabalho e negócio. Angola não é um destino turístico atrativo, por falta de uma indústria de turismo compacta, interligada e integradora; os serviços de hotelaria e turismo não funcionam plenamente; as infraestruturas de apoio são insuficientes; escassez de promoção dos destinos turísticos; falta de participação da população no turismo, apesar da sua hospitalidade; diminutas medidas de conservação da natureza e apoio comercial, bem como, alguns aspetos de segurança pública e mobilidade.

A falta de um exercício de estatística realista, como referiu a antiga Ministra do Turismo de Angola, Ângela Bragança, no Fórum Mundial do Turismo, realizado em 2019, dificulta a elaboração de um anuário sobre o desempenho do setor no país e como resultado: as informações são ambíguas; não existem dados inerentes ao desempenho de cada modalidade do turismo; inexistente relatório sobre o ecoturismo e o turismo de sol e mar; confunde-se turistas, viajantes e excursionistas; os

dados são reunidos a partir instituições dispersas e não há uma ligação entre a cadeia direta, indireta e principal do turismo.

Todas as dificuldades mencionadas até aqui permitem reiterar que, embora existam condições endógenas, o país não é um destino turístico. Isto demonstra que os turistas estrangeiros e nacionais que visitam o país, fazem-no, inicialmente, por trabalho ou negócios e aproveitam os tempos livres para desfrutar do turismo local (MINTUR, 2018). Deste modo as províncias de Luanda, Benguela, Huila e Huambo são as que mais turistas receberam nos últimos cinco anos. Ao passo que os principais emissores no continente africano foram a África do Sul, Namíbia e a República Democrática do Congo.

No domínio do desemprego, o turismo apresenta informação modesta. No mundo, os dados sobre a empregabilidade são animadores, cerca de 320 milhões de empregos em 2019 (um a cada dez emprego no mundo). Mas em Angola segundo o MINTUR (2018), o turismo empregou uma mé-

dia de 200 mil trabalhadores, entre os anos 2015, 2016 e 2017, com despesas globais em salários, nos três anos, a rondar os 2 milhões de dólares americanos. A maioria destes agentes trabalha em

restaurantes e similares, seguido dos hotéis, meios complementares de alojamento e Agências de Viagens e Turismo.

Tabela 3 | Variação do emprego no turismo

Anos	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empregados	157.954	173.478	202.766	219.349	221.847	223.965
Homens			107.745		112.516	113.547
Mulheres			95.021		109.331	110.418

Fonte: Adaptado do MINTUR (2015) e MINTUR (2018)

Luanda, Benguela e Huíla são as províncias que mais empregaram, representando um peso de 84% na taxa de empregabilidade do setor. Este número é resposta do investimento em hotéis, pensões, restaurantes e similares e agências de viagens feito nestas províncias em 2010 por altura da realiza-

ção do campeonato africano de futebol. Porém, a crise que incluiu em 2012 remeteu ao subproveito muitas unidades hoteleiras. O caso mais notável foi a falência do Hotel Mombaka, em Benguela, em 2020 e a conseqüente greve dos funcionários. Este hotel foi uma referência no turismo nacional.

Tabela 4 | Informação do sector hoteleiro

Anos	2013	2014	2015	2016	2017
N.º de Hotéis, restaurantes, agências de viagens e similares	5.766	6.277	6.378	6.720	7.573
N.º de camas	22.000	30.275	32.158	35.834	36.687
N.º de quartos	20.788	22.115	21.201	21.718	27.148

Fonte: Adaptado do MINTUR (2015) e MINTUR (2018)

Angola desde a sua descolonização até a presente data não havia considerado a força do turismo para diversificar a sua economia. Com um quadro económico caótico, *“o turismo poderia contribuir muito mais para a criação de emprego, geração de renda, divisas e desenvolvimento social, se estivesse organizado”* (Fernando, 2015, p. 126). Com a criação de parques, reservas naturais e coutadas; Polos de Desenvolvimento Turísticos; um Plano Director do Turismo; o país possui condições endógenas para poder expandir a sua indústria do turismo nos territórios subdesenvolvidos. Alemán et al. (2013, p. 106) enfatizam que *“o Estado está obrigado a desempenhar um papel ativo nos territórios subdesenvolvidos”*.

O desenvolvimento da estratégia nacional de ecoturismo começa a ganhar corpo com o surgimento de um novo ambiente político no país. A

investidura do novo Presidente da República, João Manuel Gonsalves Lourenço, em finais de 2017, reforçou o compromisso político com o fomento do turismo sustentável. O Programa de Governo 2017 – 2020 estabelece *“preservar e restaurar os ecossistemas, assegurando a sua valorização sustentável, lutar contra a desertificação, (...) valorizar a biodiversidade para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e das gerações vindouras”* (MPLA, 2017, p. 33).

No cumprimento desta medida, visando o aumento da chegada de turistas em Angola foi aprovada a isenção e simplificação de vistos de entrada a turistas. O Decreto Presidencial 56/18, de 20 de fevereiro estabelece a isenção de visto de turismo para estadia até 30 dias por entrada e 90 dias por ano aos cidadãos nacionais das Repúblicas de Botsuana, Ilhas Maurícias, Seycheles,

Singapura e Zimbabue. Num outro documento, o Decreto Presidencial 321/17 de 29 de Novembro, governo isentou vistos nos passaportes ordinários dos Sul-africanos, Moçambicanos e atribuição dos vistos de fronteira.

Os decretos mencionados simplificam os vistos de turismo para cidadãos nacionais de países como: membros da União Europeia, Estados Unidos de América, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, China, Brasil, Federação Russa, Argélia, Argentina, Austrália, Cabo Verde, Canada, Chile, Conselho Federal Suíço, Coreia do Sul, Cuba, Emirados Árabes Unidos, Estado Vaticano, Índia, Indonésia, Islândia, Israel, Japão, Madagáscar, Malawi, Marrocos, Mónaco, Nova Zelândia, Reino do Lesoto, São Tomé e Príncipe, Suazilândia, Timor Leste, Uruguai, Venezuela e Zâmbia. A solicitação de visto pode ser feita através do endereço eletrónico: www.smevisa.gov.ao.

Desafios

Mas do que a isenção e simplificação de vistos, existem outras barreiras internas que estão a inviabilizar o desenvolvimento do turismo – de massas e alternativo. *“Com efeito, e para mim, o problema (...) do país é primeiro político, talvez cultural e só depois burocrático e organizacional”* (Rocha, 2011, p. 12). *“É nossa convicção de que o turismo deverá ser utilizado como uma estratégia complementar de reforço ao desenvolvimento ao país”* (Sarmiento, 2006, p. 526). Como já referimos antes, as mudanças no espetro político poderão ter um grande impacto no desenvolvimento social do país, se haver mais do que os documentos estratégicos, a execução de ações para o fomento social, económico, cultural e ambiental. Para mitigar os desafios da aplicação de sustentabilidade devem ser assumidas: responsabilidade; envolvimento e liderança; cooperação; educação; criatividade social e liberdade. As ações práticas devem começar a partir de quatro agentes económicos:

- Governo: criação de infraestruturas de apoio ao sector hoteleiro, como a eletrificação do país, a distribuição de água potável, a melhoria das vias de circulação, o acesso as comunicações e facilitação de créditos;
- Privados: alojamento, restauração, serviços de alimentação e bebidas; turismo de animação, preços razoáveis; promoção dos destinos turísticos e geração de emprego;
- Famílias: a população é um ativo importante na estratégia do turismo, deve estar informada e formada em ações necessárias para o desenvolvimento do sector. São as famílias que formam parte do público interno que ocorre aos locais turísticos, trabalha, promove, vende e brinda hospitalidade.
- Sector Externo: fornecer os imputes necessários para o desenvolvimento da indústria. Bem como dinamizar a balança de pagamentos e o mercado cambial. Sector externo também assume a responsabilidade de promoção da imagem.

Em resumo, para implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável do ecoturismo, o país deverá continuar a ultrapassar os seguintes entraves:

- Melhoria do estado das vias rodoviárias. As obras públicas funcionam como alavanca de qualquer economia que pretenda recuperar atrasos e estruturar o seu desenvolvimento futuro em bases sustentáveis (Rocha, 2011). Este é nos nossos dias ainda um grande problema. Toda malha rodoviária ficou afetada com a guerra que terminou em 2002 e muitas ligações interprovinciais nunca chegaram a beneficiar de asfalto ou terraplanagem desde a época colonial ou nunca existiram, como nas zonas ecoturísticas das Províncias do Cuando Cubango, Malange e Moxico;

- A paz é o bem público mais valioso do povo angolano. Alcançada a 4 de Abril de 2002, depois de 27 anos de conflito armado, a paz gerou segurança, harmonia, estabilidade política e livre circulação de pessoas e bens. No entanto, os anos de guerra civil deixaram enormes consequências, como as minas antitanque e antipessoais espalhadas pelo país. Angola já chegou a ser um dos países mais minados do mundo. Porém, há mais de 15 anos que tem havido um intenso trabalho de desminagem. O processo já permitiu retirar do solo até 2018 mais de três mil milhões, 3.483.653.000 minas e desminar uma extensão de 8.506.355 metros quadrados de estradas, numa operação realizada por quatro mil pessoas. A intenção do Governo é livrar o país das minas até 2025¹;
- Alinhadas as dificuldades de infraestruturas rodoviárias no país, estão: a reduzida eletrificação do país e a falta de água potável que influenciam os custos operacionais do sector hoteleiro. Quase 65% da população vive sem energia elétrica. Muitas famílias e empresas sobrevivem de geradores à combustível, situação que encarece ainda mais a vida, além das consequências nefastas ao ecossistema. Já a água potável em Angola chega apenas a 44% da população segundo o Instituto Nacional de Estatística (2016). Indicador muito baixo para a demanda do sector do turismo;
- O país hoje é mais seguro em relação ao período entre 1975 e 2002, resultado da paz. Mas, a criminalidade e a delinquência juvenil nos aglomerados urbanos, como Luanda, Benguela e Huíla tendem a registar uma ligeira subida. Luanda, por exemplo, com mais de 8 milhões de habitantes e 21 mil polícias, registou cerca de 12 mil crimes² no primeiro semestre de 2018. Apesar disso, para a modalidade do ecoturismo, a moderada criminalidade das cidades não afeta. Por se desenvolver em zonas recônditas com pouco aglomerado populacional e relativa tranquilidade, mas é necessário reforçar os fiscais do ambiente;
- O turismo tem passado por um processo acelerado devido a uma estrutura tecnológica avançada e globalizada. "*Os mercados internacionais de turismo devem seu dinamismo à média global, à tecnologia e ao livre fluxo de capital, bens e serviços*" (Cejas, 2007, p. 12). A venda de produtos e pacotes turísticos pela internet; reserva e venda de passagens nacionais e internacionais; reserva para hospedagem; serviços de transporte e rent-a-car; inexistência de agências de viagens em zonas ecoturísticas; a falta de promoção do património natural e cultural são alguns dos desafios que o sector tem de encarar no domínio das novas tecnologias. O principal desafio assenta no alargamento dos serviços tecnológicos ao país e nos seus preços;
- As diárias nas unidades hoteleiras do país e os preços em restaurantes e similares são altos, quando comparados a outros mercados regionais. A antiga Ministra do Turismo, Ângela Bragança, no Conselho Consultivo, realizado no Sumbe, em 2018, falou da necessidade de redução dos preços. Entretanto os operadores alegam que a redução de preços depende muito dos cortes nos custos operacionais com a água potável, energia elétrica, saneamento básico, carga fiscal, tecnologias e créditos bancários. Angola tem uma economia social de mercado, onde o governo assume funções importantes na economia, como o incentivo aos financia-

¹Angola prossegue a "guerra" da desminagem. Jornal de Angola. Retirado de http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/angola_prossegue_a_guerra_da_desminagem em 20 Março de 2019.

²Luanda registou mais de 12 mil crimes. Jornal de Angola. Retirado de <http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/luanda-registou-mais-de-12-mil-crimes> em 10 de Agosto de 2020

mentos e melhoria do ambiente de mercado. O secretário-geral da Associação dos Hotéis e Resorts de Angola (AHRA), Ramiro Barreira, no Congresso de Hotelaria e Turismo, realizado de 26 a 27 de Setembro de 2019, em Luanda defendeu melhores condições de mercado para os hoteleiros, com vista a redução de preços;

- Angola pode contar com a proximidade geográfica com os gigantes da África-austral em ecoturismo, para aumentar a sua competitividade, dinamizar o seu destino turístico e elevar as suas ações de conservação da natureza;
- É imprescindível a valorização das diferenças étnicas, do património, da cultura, da tradição, e da aposta no profissionalismo com qualidade. Essencial, mais do que uma promoção externa, focar-se no turismo interno partindo da metodologia de que as comunidades locais sejam os ativos principais;
- É pertinente também transformar todas as zonas do país, em locais de destino turístico. A turistificação das áreas rurais é assim apontada como uma possível solução dos problemas (Burnay, 1997 citado por Matias, Álvaro & Sardinha, 2009, p. 105);
- É essencial, como conclusão deste ponto, o envolvimento ativo do Estado no sector do turismo tendo como referência dois objetivos: criação de estruturas organizacionais que visam aumentar o número de turistas e regulação sobre o funcionamento do sector empresarial do turismo em termos gerais, ensejo que poderá beneficiar as comunidades locais.

O Ministério do Turismo (2018) também considera como desafios para a expansão do Turismo os seguintes: A falta de formação de quadros para atender os vários segmentos do sector; os acessos

aos locais turísticos; a falta de produção interna para reforçar a cadeia logística do sector; a falta de equipamentos hoteleiros; produção de estatísticas; deixar de ter dependência excessiva do turismo de negócios; inventariação dos recursos turísticos como património histórico-cultural e natural do turismo; crescimento urbano e descentralização; e necessidade de protocolos de cooperação.

4. Conclusão

O ecoturismo configura-se como a principal modalidade a ser desenvolvida no contexto da ampla biodiversidade do país, que poderá ter reflexos na comunidade local e na economia. Com este trabalho, pretende-se fortalecer a base de informação necessária para o alinhamento de estratégias e ações do turismo. O estado da arte nos permite concluir que o turismo desenvolve uma larga relação com as plantas e animais. Os atrativos naturais sempre foram um grande estímulo para o deslocamento dos turistas, e a utilização da natureza como cenário é o diferencial de diversos destinos turísticos pelo mundo.

A caracterização do país nos permite entender que as autoridades angolanas consideram pertinente o turismo e o seu impacto no desenvolvimento social e económico. O país reúne informação necessária para desenvolver de forma sustentável o turismo. Ratificou acordos no âmbito da conservação, tem planos estratégicos locais, regionais e nacionais, domina os dados do terreno sobre o turismo de natureza, mas precisa fazer mais investimentos. É necessário executar com oportunidade, integrar e construir o destino Angola a partir de ações estratégicas contidas nos documentos governamentais e em propostas de investigação científica sobre o campo de estudo.

Referências

- Alemán, A. M. A., & Heredia, R. E. B. (2013). *Desenvolvimento territorial a escala local*. Havana: Editoria UH.
- Altunaga, J. Z., Fernandes, M. C. & Sabino, M. C. (Eds). (2018). *Angola – Atlas Geográfico – Ensino Secundário*. Malasia: Macmillian Education.
- Baptista, A. (2019) *Estratégias do Desenvolvimento Económico*. Retirado em <http://pensaeconomia.blogspot.com/2011/07/estrategias-de-esenvolvimento.html?m=1> em 2 de Agosto de 2019.
- Ceballos-Lascurain, H. (1998). *Ecoturismo. Naturaleza y Desarrollo Sostenible*. Editorial: Diana. México. Retirado de <http://www.ucipfg.com/Repositorio/MGTS/MGTS14/MGTSV-07/tema2/Ceballos-Lascurain.pdf> em 30 de Março de 2019.
- Cejas, M. (2007). Ecoturismo: el discurso de un nuevo paradigma conservacionista. Reflexiones sobre casos en África. *XVII Simposio Electrónico Internacional*: Ceid.
- Decreto Presidencial 56/18 de 20 de Fevereiro. (2018). *Isenção e simplificação de vistos de turismo*. Luanda: Governo de Angola.
- Fernando, M. (2015). *O Turismo em Angola: o caso específico do Mussulo*. Luanda: Mayamba.
- Governo de Angola. (2018). *Plano Nacional de Desenvolvimento – 2018-2022*. Luanda: Governo de Angola.
- Governo do Estado de São Paulo. (2014). *Caderno de ecoturismo – 1ª edição*. São Paulo: imprensa oficial do estado de São Paulo.
- INE. (2016). Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014. Luanda: INE, Instituto Nacional de Estatística,
- INE. (2019). *Relatório Anual de Economia Angola*. Luanda: INE, Instituto Nacional de Estatística
- INE. (2020). Produto Interno Bruto. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa, Portugal: INE, Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação. (2018). *Parques Nacionais e Reservas Naturais*. Luanda: Ministério do Ambiente.
- Lei n.º 9/15 de 15 de Junho. (2015). *Lei do Turismo*. Luanda: Diário da República.
- Mankiw, N. G. (2003). *Principles of Economics*. 3ª edição. New York: McGrawHill.
- Marx, C. (2008). *EL CAPITAL Tomo II. El proceso de circulación del capital*. Madrid: España Editores S. A. Retirado de <https://proletarios.org> em 4 de Setembro de 2019.
- Matias, A., & Sardinha, R. (2008). *Avanços em economia e gestão do turismo – novas tendências, sustentabilidade e desenvolvimento regional*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Mendelshon, J., & Obeid, S. (2004). *Rio Okavango – a Fonte da Vidas*. Cape Town: Struik publishers.
- Ministério do Turismo, MINTUR. (2015). *Anuário de Estatística do Turismo – 10ª Edição*. Luanda: MINTUR
- Ministério do Turismo, MINTUR. (2018). *Anuário de Estatística do Turismo – 13ª Edição*. Luanda: MINTUR.
- MPLA. (2017). *Programa de Governo 2017 – 2022*. Luanda: MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola
- OKACOM. (2017). *Relatório do Estado da Bacia do Rio Cubango Okavango*. Namíbia: OKACOM, Comissão de Aproveitamento da Bacia do Okavango
- OMT. (2004). *Desenvolvimento sustentável do ecoturismo: Uma compilação de boas práticas*. São Paulo: Editora Roca Ltda.
- OMT. (2016). *Anuário do Turismo*. Madrid: OMT, Organização Mundial de Turismo
- OMT. (2019). *Relatório sobre o ecoturismo*. Madrid: OMT, Organização Mundial de Turismo
- ONU. (2017b). Declaração da Assembleia Geral da ONU: Ano Internacional do Turismo Sustentável. Nova Iorque: ONU, Organização das Nações Unidas
- ONU. (2017a). *Desarrollo económico en África: El turismo para el crecimiento transformador e inclusivo*. Genebra, 11 a 22 de setembro de 2017: Junta de Comercio y Desarrollo da ONU. Retirado em 22 de Julho de 2020 de https://unctad.org/meetings/es/SessionalDocuments/tdb64d2_es.pdf
- OPEP. (2019). *Relatório Anual*. Arabia Saudita: OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- Quesnay, F. (1972). *Le Tableau Economique y otros estudios económicos*. Madrid: Ministerio de Empleo y Seguridad Social
- Ricardo, D. (1996). *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda. (Obra original publicada em 1817).
- Rocha, M. J. A. (2011). *Por onde vai a economia angolana?* Luanda: Mayamba.

- Samuelson, P. A & Nordhaus, W. D. (2011). *Economia*. 19.ª Ed. Lisboa: McGrawHil-Bookman.
- Sarmiento, E. M. (2006). *O Turismo no contexto das pequenas Economias insulares – o caso de Cabo Verde*. Campinas, São Paulo: Papyrus.
- Velloso, M. & Soares, C. (2017). *Gestão de projetos no turismo social: Uma abordagem baseada no PMI - Project management in social tourism*. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 27/28(2), 241-245 .<https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/20795/15044>
- WTTC (2019). *Relatório Anual Sobre Impacto do Turismo*. Madrid: Oxford Economics, World Travel and Tourism Council